

A interpretação do terapeuta comportamental: um estudo exploratório¹

The behavior therapist's interpretation: an exploratory study

Silvia Canaan²

Universidade Federal do Pará

Antonio de Freitas Ribeiro³

Universidade de Brasília

Resumo

O objetivo deste estudo foi examinar o comportamento verbal interpretativo de uma terapeuta comportamental em treinamento durante o atendimento de uma cliente adulta. Os dados foram obtidos por meio da gravação e transcrição de quatorze sessões terapêuticas. A análise do repertório verbal da terapeuta resultou na identificação das seguintes categorias relacionadas à sua atuação clínica: informação, investigação, interpretação, aconselhamento e conseqüenciamento. Os resultados mostraram que a categoria prevalente foi a de investigação e que interpretações ocorreram em 21,52% dos proferimentos analisados. Observou-se que as interpretações ocorreram juntamente com outras funções de atuação da terapeuta, o que levou à identificação de cinco categorias interpretativas: informativa, investigativa, explicativa, aconselhadora e conseqüenciadora. Verificou-se também que a terapeuta interpretou com a função de fazer investigações (31,40%), porém, seus proferimentos também incluíram interpretações explicativas (24,41%). Identificaram-se algumas variáveis que possivelmente controlaram o comportamento verbal interpretativo da terapeuta.

Palavras-chave: Interpretação, Terapeuta comportamental, Comportamento verbal, Análise do comportamento.

Abstract

The purpose of this study was to exam a female behavior therapist trainee's interpretative verbal behavior during 14 psychotherapy sessions with an adult woman. These sessions were recorded and transcribed. The analyses of the therapist's verbal repertoire showed the following categories related to her therapeutic performance: information, investigation, interpretation, advice, and consequencing. The results showed that the prevalent category was investigation and that interpretations occurred in 21,52% of the analysed utterances mostly along with other therapist's performance functions. So five interpretative categories related to these functions were identified: informative, investigative, explanatory, advisory, and consequential interpretation. The results also demonstrated that the therapist interpreted mainly with the function of conducting investigations (31,40%) but many of her utterances also included explanatory interpretations (24,41%). Some variables that possibly control the therapist's interpretative verbal behavior were identified.

Keywords: Interpretation, Behavior therapy, Verbal behavior, Behavior analysis.

¹ Este trabalho é derivado da Tese de Doutorado da primeira autora, defendida na Universidade de Brasília em 2002 sob a orientação do segundo autor. Trabalho parcialmente financiado pela CAPES (Bolsa de Doutorado).

² Doutora em Psicologia, Docente da Faculdade de Psicologia da UFPA. E-mail: silviacanaan@uol.com.br

³ Doutor em Psicologia. Docente do Departamento de Processos Psicológicos Básicos da UnB.

E-mail: aribeiro@unb.br

A interpretação desempenha um papel fundamental na Análise do Comportamento. De fato, a importância da interpretação é reconhecida tanto na atividade científica do analista do comportamento (Bennett, 1987; Day, 1975; Donahoe & Palmer, 1994; Skinner, 1974/1982) quanto nas áreas de aplicação, em especial na Terapia Comportamental (Delitti, 1997; Ferster, 1979; Guilhardi & Queiroz, 1997; Goldiamond & Dyrud, 1968; Kohleberg & Tsai, 1991/2001; Skinner, 1953/1985).

A interpretação na Análise do Comportamento

Um exame da utilização do termo “interpretação” na linguagem técnica da Análise do Comportamento (Canaan, 2002) revela que interpretar significa: a) descrever contingências, b) fazer análise funcional, c) traduzir e d) explicar. Entretanto, o uso do termo “interpretação” no sentido de explicação parece ser mais amplamente adotado por analistas do comportamento (Bennett, 1987; Day, 1975, 1976; Skinner, 1953/1985). O uso do termo em questão neste sentido está comumente associado à apresentação de uma conclusão que faz referência a relações de controle ou determinação entre ambiente e comportamento. Então, neste trabalho, a palavra “interpretação” é utilizada como sinônimo de explicação.

Skinner (1974/1982) reconhece a importância da interpretação, apontando-a como uma de suas preocupações na formulação de uma ciência do comportamento ao afirmar o seguinte: “estou mais preocupado com a interpretação do que com previsão e controle. Cada campo científico tem uma fronteira além da qual a discussão, embora necessária, não pode ser tão precisa quanto se desejaria” (p. 21).

Day (1976) é outro autor que demonstra em seus trabalhos e nos de seus alunos (Bennett, 1987; McCorkle, 1978; Spooner, 1982) que a interpretação é uma atividade essencial do behaviorista radical. Bennet (1987), por exemplo, atribui um papel destacado

para a interpretação na ciência. Donahoe e Palmer (1994) também reconhecem a importância da interpretação no campo científico. Outros autores (Bennett, 1987; Day, 1975; Skinner, 1974/1982) ainda argumentam que a interpretação complementa a Análise Experimental do Comportamento na compreensão de comportamentos complexos. Então, pode-se afirmar que a interpretação constitui uma parte integrante de toda atividade científica, desempenhando um papel fundamental na Análise do Comportamento em geral e, em especial, na Terapia Comportamental.

A interpretação na Terapia Comportamental

A importância da interpretação na Terapia Comportamental é discutida por analistas do comportamento (Ferster, 1979; Goldiamond & Dyrud, 1968; Guilhardi & Queiroz, 1997; Kohleberg & Tsai, 1991/2001; Queiroz & Guilhardi, 2001; Skinner, 1957/1978, 1989/1991) relacionando-a tanto ao processo de aquisição de consciência pelo cliente quanto à emissão de comportamento efetivo no ambiente.

Skinner (1953/1985, 1989/1991) indica que todo comportamento é inconsciente, porém, é também determinado. Pressupondo-se que uma pessoa, ao buscar terapia, em geral não tem consciência das contingências que atuam em sua vida, então acredita-se que as interpretações do terapeuta comportamental possam desempenhar um papel fundamental no processo de conscientização do cliente.

Skinner (1945/1959) ainda argumenta que o processo de aquisição de consciência é produto das contingências sociais. Considerando-se que o terapeuta constitui o contexto social para o cliente na situação de terapia, então estima-se que, ao longo do processo terapêutico, o primeiro leve o segundo a: a) observar seu próprio comportamento, b) discriminar as contingências das quais o mesmo é função, c) explicar tais contingências e d) produzir alterações nas referidas contingências.

A relação entre interpretação e ação efetiva no contexto terapêutico é também tratada focalizando-se a questão do controle comportamental. Goldiamond e Dyrud (1968), por exemplo, argumentam que existem dois tipos de controle verbal na psicoterapia: um envolve o comportamento verbal durante a sessão e o outro envolve os comportamentos referentes (ou perturbadores) fora da sessão. Em sua opinião, o controle dos comportamentos referentes por mudança no comportamento verbal é o objetivo principal do processo terapêutico.

A relação entre interpretação e ação efetiva é ainda discutida quando se considera que a interpretação pode conduzir a uma prescrição, instrução ou regra. Ferster (1979) e Kohlemberg e Tsai (1991/2001), por exemplo, sugerem o caráter instrucional da interpretação ao argumentar que as interpretações do terapeuta podem induzir e recombina elementos já existentes no repertório do cliente, evocando comportamentos que nunca tenham sido diretamente reforçados. Neste sentido, as interpretações podem funcionar como S^D s para o cliente formular regras que o ajudem a melhorar o funcionamento de sua vida diária.

Finalmente, a relação entre interpretação e ação efetiva é também discutida quando os objetivos da terapia são considerados. Presume-se que uma pessoa, em geral, busca terapia quando as relações entre seu comportamento e o ambiente são improdutivas. Neste sentido, um dos objetivos terapêuticos é a aquisição de consciência pelo cliente acerca das contingências em operação na sua vida, favorecendo uma modificação em seu repertório que produza um aumento da frequência de reforçamento positivo e negativo e uma diminuição do controle aversivo (Baptistussi, 2001; Ferster, 1979; Kerbauy, 1999). Neste sentido, constata-se que a interpretação constitui um aspecto central da terapia comportamental e um comportamento verbal fundamental e legítimo do repertório profissional do terapeuta comportamental.

Estudos sobre a interpretação

Alguns estudos (Bennett, 1987; Oliveira, 2001) sobre a interpretação foram conduzidos no contexto da aplicação da Análise do Comportamento. Bennett (1987) investigou o comportamento verbal interpretativo de três psicólogos clínicos envolvidos na modificação de comportamento de deficientes mentais adultos. Seu objetivo foi verificar se, ao lidar com padrões comportamentais problemáticos, os participantes faziam tentativas de analisar as contingências controlando os comportamentos em questão ou se tentavam modificá-los sem levar em consideração tais contingências.

Os resultados do estudo de Bennett (1987) demonstraram que (a) os participantes emitiram interpretações quando precisaram enfrentar a situação de modificar comportamentos de clientes; (b) as interpretações relacionaram o comportamento a eventos ambientais antecedentes, conseqüentes e históricos; (c) as interpretações emitidas permitiram a identificação de contingências possivelmente responsáveis por comportamentos disfuncionais de clientes institucionalizados e (d) a interpretação analítico-comportamental foi definida operacionalmente com base em dados empíricos. Este estudo possui o mérito de ter investigado sistematicamente a interpretação num contexto aplicado através de um método não-experimental.

As explicações e descrições fornecidas por um psicólogo no contexto aplicado da terapia comportamental foram examinadas por Oliveira (2001) a fim de verificar a influência das contingências teóricas do behaviorismo radical sobre as mesmas. Neste estudo, o autor analisou alguns trechos de verbalizações da primeira sessão de atendimento de um caso clínico como recorte de hipóteses que o terapeuta formula num dado momento da sessão, diante daquele relato específico.

Os resultados do estudo de Oliveira (2001) demonstraram que: (a) a explicação consiste de um contínuo em elaborar hipóteses que direcionam os questionamentos e in-

tervenções posteriores, de modo que algumas hipóteses vão sendo confirmadas e outras refutadas, (b) nas interpretações, a ênfase frequente é sobre as contingências que podem estar determinando o relato; (c) as investigações do terapeuta visam às relações do cliente com o ambiente - as contingências; (d) a ênfase “internalista” está, com frequência, presente nas queixas e nos problemas relatados pelo cliente.

Oliveira (2001) discute os resultados de seu estudo considerando que a linguagem cotidiana induz as pessoas a procurarem os determinantes do comportamento em seu interior. Seu estudo tem o mérito de promover para o leitor uma demonstração de como se configura o processo de elaboração de hipóteses do terapeuta, à medida que o cliente vai descrevendo seus problemas. Entretanto, pode-se questionar a representatividade dos dados nos quais o autor se baseou para fazer suas inferências neste estudo, já que os mesmos são referentes apenas à primeira sessão de atendimento.

Os estudos de Bennett (1987) e Oliveira (2001) descritos acima constituem investigações específicas sobre o comportamento verbal interpretativo de psicólogos comportamentais. Entretanto, constata-se que poucos estudos sobre a interpretação têm sido realizados no campo da Análise Comportamental Aplicada. O que ocorre com mais frequência é a identificação de classes de verbalizações (incluindo a interpretação) de terapeutas experientes (Margotto, 1998) e em treinamento (Martins, 1999) como resultado de pesquisas sobre a interação verbal no contexto clínico com base em gravação e transcrição dos relatos de terapeutas e clientes.

Há também alguns trabalhos que resultaram na descrição de variáveis que controlam o comportamento do terapeuta. Guillard (1997), por exemplo, infere que o referencial teórico-conceitual do terapeuta, seu sistema de valores e crenças e as contingências (que operam dentro e fora da sessão) são variáveis que influenciam seu desempenho clínico. Já o escandinavo Smedslund (1972)

aponta a influência conjunta do referencial teórico-conceitual adotado pelo psicólogo e do senso comum (cultura) sobre a sua atuação profissional.

Dada a carência de estudos sobre a interpretação no contexto clínico, convém ainda mencionar alguns trabalhos possivelmente relacionados ao tema que foram desenvolvidos por analistas do comportamento em outros contextos. Catania (1998/1999), por exemplo, ao discutir sobre classes de comportamento verbal no contexto da pesquisa básica, utilizou a noção de operantes de ordem superior, cuja emissão depende da ocorrência de outro(s) comportamento(s).

Já Amorim (2001) conduziu um estudo empírico no contexto literário sobre a resposta verbal de tirar conclusões enquanto um operante complexo que faz parte do repertório de analisar dados; este estudo se concentrou na busca de possíveis variáveis que participam do controle do comportamento de tirar conclusões dos personagens Sherlock Holmes e de seu assistente, Watson em um episódio da obra “O cão dos Baskervilles”, de Arthur Conan Doyle. Os resultados demonstraram que as conclusões mais efetivas dos personagens ficaram sob controle de um maior número de aspectos do ambiente e envolveram a emissão de respostas pré-correntes, levando Amorim (2001) a formular a seguinte definição para o comportamento de tirar conclusões: “emissão de comportamentos novos - respostas verbais nunca antes emitidas sob as circunstâncias presentes, descrevendo relações entre estímulos, eventos e/ou comportamentos (...), emitidas sob controle antecedente de estímulos discriminativos simples, condicionais ou contextuais” (p. 387).

Apesar das contribuições dos trabalhos acima para a compreensão do fenômeno da interpretação clínica, a carência de estudos específicos sobre o tema na Análise do Comportamento continua sendo um fato que merece uma reflexão. Esta carência sugere que os analistas do comportamento têm evitado estudar a interpretação cientificamente. Tal

hipótese é corroborada através da seguinte citação de Day (1975):

(...) o desconforto entre os behavioristas a respeito das práticas interpretativas está associado com sua "fé" declarada na ciência. Contudo a concepção de "ciência" popular entre behavioristas contemporâneos é sempre excessivamente limitada e rígida, derivada inquestionavelmente do sucesso dos procedimentos de excepcional controle ambiental que são necessários na análise experimental do comportamento. Existe menos consenso entre analistas comportamentais aplicados sobre quais deveriam ser os "padrões" para "pesquisa", e isto está em parte associado com sua consciência da centralidade das práticas interpretativas em seu próprio trabalho. (p. 27)

Esta citação demonstra que o tratamento científico da interpretação parece gerar um certo desconforto entre behavioristas, que não abrem mão dos rígidos critérios de manipulação e controle de variáveis, levando-os a evitar pesquisar este tema.

Apesar dos obstáculos relacionados ao estudo da interpretação no campo da Análise do Comportamento, a relevância do tema e a carência de estudos sistemáticos sobre o mesmo justificam o presente trabalho. Assim, esta pesquisa constitui um estudo de caso, de caráter exploratório, sobre a interpretação na terapia comportamental. O enfoque metodológico deste estudo é a identificação, descrição e análise do comportamento verbal interpretativo de uma terapeuta comportamental em treinamento.

Os dados para este estudo foram gravações de sessões de atendimento de uma cliente na Clínica de Psicologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), as quais foram posteriormente convertidas em transcrições da interação terapêutica. Buscou-se identificar os comportamentos verbais interpretativos da terapeuta partindo-se do princípio de que se o sujeito proferisse interpretações para explicar o comportamento da cliente ao longo das sessões terapêuticas, as mesmas iriam ocorrer nos dados; então, os dados foram examinados quanto à ocorrência de interpretações no

sentido de explicação e a discriminação de algumas características do comportamento verbal interpretativo da terapeuta. Além disso, análises foram feitas visando à identificação de variáveis que possivelmente participaram do controle do referido comportamento.

Portanto, o presente estudo pretendeu examinar o comportamento verbal interpretativo de uma terapeuta comportamental na situação clínica. Mais especificamente os objetivos deste estudo foram: a) identificar a ocorrência de interpretações no repertório verbal de uma terapeuta-estagiária em sessões de atendimento de um caso clínico; b) descrever as interpretações da terapeuta-estagiária que ocorreram durante as sessões de atendimento; e c) identificar algumas variáveis que possivelmente participaram do controle do comportamento verbal interpretativo da terapeuta-estagiária.

Método

Participante

A participante deste estudo foi uma terapeuta comportamental em treinamento, 35 anos, casada, com dois filhos, superior incompleto sendo concluinte do Curso de Formação em Psicologia da UFPA, residente na cidade de Belém, sem experiência clínica prévia. Sua formação teórica anterior ao seu ingresso no presente estudo incluiu disciplinas sobre o Behaviorismo Radical, a Análise Experimental do Comportamento e a Terapia Comportamental. Sua formação clínica se restringiu à experiência do Estágio em Psicologia Clínica - Abordagem Comportamental (disciplina com carga horária de 300 horas distribuídas em dois semestres letivos), a qual a participante estava cursando juntamente com outros nove alunos durante o período de coleta de dados. Como uma das contingências estabelecidas pelo referido estágio era que cada aluno atendesse um cliente, todos os discentes foram solicitados a oferecer atendimento psicológico a um cliente inscrito na Clínica de Psicologia da UFPA. Considerando-se que um cliente adulto propiciaria contingências

mais favoráveis à emissão de comportamento interpretativo por parte do terapeuta e que a terapeuta em questão era a única aluna de sua turma que atendeu um adulto (os demais atenderam crianças e adolescentes), ela foi selecionada como participante do presente estudo.

Então, a participante realizou o atendimento psicoterápico do caso clínico de Marta (nome fictício), 36 anos, casada, sem filhos, natural da região Nordeste do país, residente na cidade de Belém, ensino superior incompleto estando cursando Engenharia Elétrica em uma universidade pública há 15 anos. Ela fora encaminhada à Clínica de Psicologia da UFPA pelo coordenador de seu curso devido ao fato dela ter trancado sua matrícula diversas vezes. A cliente nunca havia anteriormente se submetido à psicoterapia e iniciou o atendimento com as seguintes queixas: dificuldades no relacionamento conjugal (mudança do marido após o casamento, sua agressividade e egoísmo), dificuldades no relacionamento familiar (dependência e preocupação excessiva com sua família), dificuldades na área acadêmica (atraso na conclusão de seu curso, problemas de memória e de concentração), dificuldades de interação social (necessidade excessiva de ajudar e amar incondicionalmente a todos).

O atendimento da cliente ocorreu sob controle das contingências acadêmicas do estágio que foram direcionadas ao treinamento do aluno do Curso de Psicologia para realizar um trabalho de terapia comportamental. Na fase de preparação para o atendimento psicoterápico, a participante e os demais alunos de sua turma receberam instruções da supervisora com relação à condução do processo terapêutico. Dentre tais instruções, destaca-se a informação de que as sessões de atendimento deveriam se distribuir em três fases: avaliação, devolução e intervenção. Assim, na fase de avaliação, a participante foi orientada a coletar dados visando compreender as dificuldades trazidas pela cliente e as variáveis relacionadas a tais dificuldades. Na fase de devolução, a terapeuta recebeu orien-

tações para priorizar as interpretações, explicando os problemas da cliente e seus fatores determinantes. Na fase de intervenção, a terapeuta foi orientada a prover contingências visando contribuir para a aquisição de consciência pela cliente e a modificação de seu comportamento de modo a torná-lo mais efetivo no ambiente.

Foram realizadas 15 sessões semanais de terapia comportamental de, em média, 55 minutos de duração. Durante o atendimento da cliente, a participante foi supervisionada pela primeira autora deste trabalho, que, na época em que este estudo foi conduzido, possuía titulação de mestrado, cinco anos de experiência clínica como terapeuta comportamental e cinco anos de experiência docente, incluindo três anos de experiência de supervisão de casos clínicos. As supervisões das sessões de atendimento realizadas pela participante do estudo em questão ocorreram no contexto do grupo composto pela supervisora e demais alunos de sua turma de estágio.

Materiais e Instrumentos

Os instrumentos utilizados nesse trabalho foram: a) programa do Estágio Supervisionado em Psicologia Clínica - Abordagem Comportamental; b) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a participante; c) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a cliente; d) Termo de Compromisso para transcrição das sessões terapêuticas pela participante; e) Prontuário da cliente incluindo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a Cliente, o Roteiro de Entrevista Psicológica, transcrições das sessões terapêuticas contendo relatos de terapeuta e cliente ocorridos em cada sessão, análises funcionais de cada sessão, o Laudo Psicológico e o Planejamento Terapêutico para o caso clínico; f) Relatório do Estágio elaborado pela participante.

Para a realização das transcrições, foram utilizados os seguintes materiais: câmera filmadora, tripé, fitas de *video-tape*, televisão, vídeo-cassete, computador para digitar trans-

crições, disquete, papel e lápis.

Procedimento

Primeiramente, foram redigidos documentos de Consentimento Livre e Esclarecido específicos tanto para a terapeuta-estagiária quanto para a cliente, os quais foram assinados por elas autorizando a gravação das sessões em áudio e/ou vídeo e utilização das mesmas como dados neste estudo. Tais documentos garantiam ainda a manutenção do sigilo das informações na divulgação dos resultados da pesquisa em publicações e eventos científicos.

Além desses documentos, também foi redigido um Termo de Compromisso, o qual foi assinado por duas auxiliares de pesquisa que assistiram/ouviram as gravações contendo as sessões terapêuticas e realizaram as transcrições. Por meio deste documento, essas pessoas se comprometeram a manter sigilo absoluto quanto ao conteúdo das fitas e a identidade da terapeuta-estagiária e cliente.

Os dados brutos para este estudo foram gravações em vídeo e/ou audio-tapes de 14 sessões terapêuticas consecutivas (sessões 1 a 15, com exceção da sessão 13, que não foi filmada) de um único caso atendido por uma terapeuta em treinamento na Clínica de Psicologia da UFPA. As sessões foram gravadas pela própria terapeuta responsável pelo atendimento do caso (participante) e foram posteriormente transcritas por duas auxiliares de pesquisa (psicólogas e mestrandas do Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento). Então, os exemplos de comportamento verbal interpretativo da terapeuta em treinamento foram obtidos a partir de transcrições do relato verbal de terapeuta e cliente ocorrido em sessões terapêuticas.

As transcrições envolveram a observação repetida das gravações de sessões terapêuticas e o registro cursivo por meio de digitação no computador de todas as falas da terapeuta e da cliente ocorridas nas sessões. As falas da terapeuta e da cliente foram identificadas, respectivamente, com siglas **T** e **C** e numeradas na seqüência em que ocorreram,

sendo a numeração das falas de um sujeito intercalada pela numeração correspondente das falas do outro (por exemplo, T1 - fala 1 do terapeuta - C1 - fala 1 do cliente - T2-C2-T3-C3). A fala de um indivíduo se encerrava quando se iniciava a fala do outro, podendo cada fala ser composta de um ou mais períodos. Tentou-se também preservar ao máximo a estrutura do comportamento verbal na forma em que ele ocorreu.

As transcrições foram lidas cuidadosamente e todas as falas da terapeuta foram identificadas e marcadas. Em seguida, procedeu-se à análise das falas da terapeuta considerando-se seu conteúdo temático e momento de ocorrência na seqüência de cada sessão. Tal análise resultou inicialmente na organização das falas da terapeuta em proferimentos; foi considerado como um proferimento uma verbalização completa da terapeuta sobre um mesmo tema que pode ocorrer ou não entre interrupções da cliente.

Um exame minucioso dos proferimentos foi então conduzido e levou à identificação de cinco funções de atuação da terapeuta, as quais constituíram as seguintes categorias: informação, investigação, interpretação, aconselhamento, consequênciação. A categoria informação incluiu os proferimentos em que a terapeuta esclarecia, indicava ou comentava algo com a cliente, explicitando seu conhecimento, juízo ou opinião sobre um determinado assunto incluindo o processo terapêutico. Na categoria investigação, foram reunidos os proferimentos em que a terapeuta buscava informações sobre eventos e relações entre eventos possivelmente associados aos problemas da cliente. A categoria interpretação englobou os proferimentos em que a terapeuta destacava comportamentos da cliente e/ou de terceiros e eventos relevantes e/ou fazia comentários sobre os mesmos explicitando possíveis relações entre eventos. A categoria aconselhamento incluiu os proferimentos em que a terapeuta descrevia alternativas de comportamento (aberto e/ou encoberto) à cliente, sugerindo um determinado curso de ação e a encorajava para que

adotasse o curso de ação sugerido. Por fim, na categoria conseqüenciação, foram agrupados proferimentos em que a terapeuta sinalizava a sua aprovação ou desaprovação contingente a comportamentos da cliente que ocorriam na sessão ou relato sobre comportamentos que ocorreram fora da sessão visando ao seu fortalecimento ou enfraquecimento, respectivamente.

Considerando-se o tema do presente trabalho, uma análise mais detalhada dos proferimentos interpretativos da terapeuta foi realizada. Tal análise resultou na formulação das seguintes categorias de interpretação relacionadas às funções de atuação enquanto ocasiões em que a terapeuta emitiu comportamento verbal interpretativo: interpretação informativa (ocorreu conjuntamente com informações por meio das quais a terapeuta esclarecia, indicava ou comentava algo com a cliente, explicitando seu conhecimento, juízo ou opinião sobre um determinado assunto), interpretação investigativa (ocorreu nos momentos em que a terapeuta buscava informações sobre eventos e relações entre eventos possivelmente associados aos problemas da cliente), interpretação explicativa (ocorreu quando a terapeuta descrevia comportamentos da cliente e/ou de terceiros e eventos relevantes e/ou fazia comentários sobre os mesmos estabelecendo possíveis relações entre eles com a função de explicar tais comportamentos), interpretação aconselhadora (ocorreu nos momentos em que a terapeuta descrevia alternativas de comportamento aberto e/ou encoberto à cliente, sugerindo um determinado curso de ação e a encorajando para adotar o curso de ação sugerido) e interpretação conseqüenciadora (ocorreu quando a terapeuta sinalizava a sua aprovação ou desaprovação contingentes a comportamentos da cliente emitidos na sessão ou relato de comportamentos emitidos fora da sessão).

Resultados

Foram registradas 1848 falas da terapeuta ao longo de 14 sessões, sendo que a

organização das falas com base em seu conteúdo temático e momento de ocorrência resultou num total de 1396 proferimentos (média de 99,71 proferimentos por sessão).

Uma análise dos proferimentos da terapeuta foi inicialmente conduzida. Pôde-se constatar que a interpretação foi uma categoria de atuação da terapeuta que ocorreu nos dados e que o percentual de proferimentos interpretativos da terapeuta foi notadamente menor (22%) do que a soma do percentual das categorias de proferimentos que não incluíram interpretação (78%).

Um exame mais detalhado do repertório verbal da terapeuta revelou que ela, além de interpretar, informou, investigou e conseqüenciou ao longo das sessões de atendimento. Os resultados demonstraram ainda que as categorias de atuação que obtiveram a maior média percentual de proferimentos nas sessões foram a investigação e a interpretação, sendo que a terapeuta investigou em 43,07% de seus proferimentos e interpretou em 21,52% dos mesmos. A terapeuta investigou mais nas sessões iniciais de avaliação, sendo que esta categoria foi a mais freqüente em 11 dentre 14 sessões.

A interpretação obteve o segundo maior percentual de proferimentos da terapeuta na maioria das sessões, chegando a ser a categoria percentualmente mais freqüente em 3 dentre 14 sessões. Constata-se ainda que um percentual significativo de proferimentos interpretativos ocorreu na primeira sessão (13,08%) e que os mesmos se distribuíram em uma linha ascendente da segunda até a décima sessão, tendendo a se estabilizar num percentual menor a partir de então.

A distribuição de proferimentos relativos às categorias de interpretação da terapeuta no total de sessões é apresentada na Figura 1. Verifica-se que a categoria que obteve a maior média percentual foi a de interpretação investigativa (31,40%). Esse resultado sugere que, ao atender este caso, a terapeuta predominantemente interpretou com a função de fazer investigações. A categoria de interpretação explicativa (24,41%) foi a segun-

da mais freqüente, indicando que a terapeuta interpretou com a função de fornecer explicações à cliente em grande parte dos seus proferimentos. As categorias de interpretação informativa e aconselhadora também obtiveram percentuais significativos e aproximadamente semelhantes entre si (17,25% e 17,67%, respectivamente). Já o percentual de proferimentos da terapeuta pertencentes à categoria de interpretação conseqüenciadora foi baixo (9,27%) quando comparado com o das demais categorias.

A distribuição das categorias de proferimentos interpretativos da terapeuta ao longo de cada sessão de atendimento é demonstrada na Figura 2. Observa-se que, nas três primeiras sessões, houve uma prevalência acentuada da interpretação investigativa. Houve ainda uma ocorrência significativa de interpretação investigativa ao longo de todo o processo terapêutico.

Quanto à distribuição dos proferimentos de interpretação com função explicativa, observa-se que as sessões três, quatro e cinco obtiveram um percentual de proferimentos de interpretação explicativa semelhante ao das sessões de devolução (8ª, 9ª e 10ª sessões) e ao da 11ª sessão. Já os percentuais de proferimentos nos quais ocorreram interpretações informativas e interpretações aconselhadoras variaram bastante ao longo das sessões, não havendo um padrão específico de distribuição dos dados nestas categorias.

Proferimentos relativos à interpretação conseqüenciadora não ocorreram nas 2ª

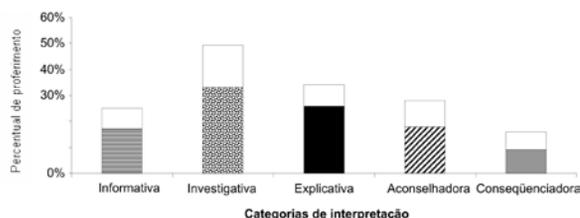


Figura 1: Distribuição do percentual médio de proferimentos relativos às categorias de interpretação da terapeuta no total de sessões.

e 7ª sessões e se distribuíram em baixos percentuais nas 3ª, 5ª e 6ª sessões. Maiores percentuais de proferimentos da terapeuta pertencentes a esta categoria foram encontrados a partir da 8ª sessão, com aumento dos mesmos nas três últimas sessões de atendimento da cliente.

A análise qualitativa dos proferimentos interpretativos revelou a ocorrência de interpretações analítico-comportamentais e interpretações não analítico-comportamentais. Pode-se observar que as interpretações analítico-comportamentais incluíram proferimentos em que a terapeuta explicitou relações entre o comportamento da cliente e o ambiente (atual e/ou histórico) ou entre o comportamento de terceiros e o ambiente, referindo-se aos determinantes ambientais do comportamento. Verificou-se também que as interpretações não analítico-comportamentais caracterizaram-se por proferimentos em que a terapeuta explicou o comportamento da cliente por referência a variáveis internas, conceitos do senso comum, sua experiência pessoal e cultural etc.

Uma análise da construção do discurs-

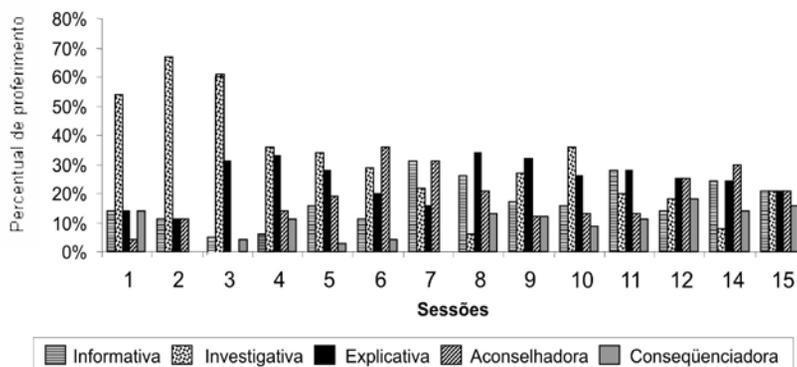


Figura 2: Distribuição do percentual médio de proferimentos relativos às categorias de interpretação da terapeuta por sessão.

so interpretativo indicou o caráter hipotético da interpretação e a conseqüente atitude de humildade da terapeuta ao interpretar utilizando expressões tais como “mas parece assim...”, “é uma observação minha; se eu estiver errada me corrija”. Alguns proferimentos interpretativos da terapeuta foram ainda analisados mais detalhadamente buscando se esclarecer o processo subjacente à emissão do comportamento verbal de interpretar. O Quadro 1 ilustra o tipo de análise que foi conduzida, demonstrando didaticamente quais as possíveis etapas seguidas por um terapeuta comportamental ao interpretar.

Os resultados da análise dos exemplos ilustrativos do processo subjacente à emissão de proferimentos interpretativos sugerem uma regularidade no padrão de composição do comportamento interpretativo na situação clínica. Tal regularidade diz respeito ao fato de que as interpretações da terapeuta comportamental em treinamento envolveram a discriminação de algumas pistas, a análise das pistas à luz do conhecimento e experiência da terapeuta, a formulação de uma conclusão e a apresentação de uma interpretação que explicava comportamentos da cliente e/ou de terceiros e seus fatores determinantes.

Discussão

Os resultados indicaram que a terapeuta proferiu interpretações durante as sessões de atendimento do caso clínico, o que confirma os resultados do estudo de Bennett (1987) segundo os quais os participantes emitem interpretações analítico-comportamentais quando precisaram enfrentar a situação de modificar comportamentos de clientes num contexto institucional.

Pôde-se ainda observar outras regularidades no repertório verbal da terapeuta no atendimento do caso clínico neste estudo, pois, além de interpretar e investigar, ela informou, aconselhou e conseqüenciou o comportamento da cliente ao longo das sessões de atendimento. A ocorrência de proferimentos pertencentes às diferentes categorias de atuação da terapeuta-estagiária está em consonância com os achados de alguns estudos (Margotto, 1998; Martins, 1999). Portanto, os resultados obtidos no presente estudo relativos à ocorrência das diferentes categorias de atuação nos proferimentos da terapeuta confirmam o que é sugerido pela literatura.

A análise da variação na distribuição do percentual de proferimentos da terapeuta

Quadro 1: Exemplo da análise do processo subjacente à interpretação clínica

Pistas	Contexto	Conclusão	Interpretação
<p>Cliente está na universidade há 15 anos.</p> <p>Cliente afirma que é cobrada por professores e colegas que esperam que ela não tenha dificuldades e que passe nas matérias.</p> <p>Cliente se sente inferior e humilhada por estar atrasada no curso.</p>	<p>Experiência universitária do terapeuta: contato com colegas que estão atrasados e que não são cobrados pelos demais.</p> <p>As pessoas têm o direito de fazer as coisas no seu próprio ritmo.</p> <p>Ninguém tem o direito de se meter na vida de alguém.</p>	<p>Colegas da cliente não cobram a cliente em função do atraso no seu curso; ela é que é muito sensível, se melindra facilmente e supervaloriza o que os outros lhe falam.</p> <p>Cliente tem direito de realizar o curso no seu ritmo pessoal.</p>	<p>T92 (6ª Sessão): “(...) Eu acho que não, que não tem muito a ver porque, olha, eu conheço tantas pessoas do meu curso que são de 80, de 79, de 82, entendeu?”</p> <p>C92: (cliente interrompe a fala do terapeuta) Eles cobram isso da gente.</p> <p>T93: Sim, isso é uma forma de você ver as coisas. Você não... não admite que implique com você, tá entendendo? Eu acho que você nunca passou por aquela disciplina, você tá passando por isso porque algum problema houve, entendeu? Mas ninguém tem o direito de se meter em sua vida. A faculdade não tá te pressionando, tá? Não, não tá te pressionando em relação a isso. Então eu acho que você deveria não se importar tanto com o que os outros falam, entendeu? E se preocupar mais com o que você sente, com o que você acha.”</p>

ao longo das sessões de atendimento revelou que a terapeuta investigou em um percentual maior nas três primeiras sessões. Esse resultado sugere um padrão predominante de interpretação da terapeuta nas sessões iniciais da fase de avaliação (sessões 1 a 7), cuja principal função foi coletar dados. Infere-se, assim, que as interpretações investigativas tenderam a ocorrer num maior percentual quando a terapeuta ainda não tinha consciência sobre os problemas da cliente e as contingências que os determinavam. Pode-se então concluir que esta categoria de interpretação participou ativamente da fase de avaliação, contribuindo para o processo de aquisição de consciência por parte do terapeuta. Por outro lado, a ocorrência significativa de interpretação investigativa nas fases de devolução (sessões 8 a 10) e intervenção (sessões 11 a 15) indica que à medida que a cliente foi trazendo novos dados, tiveram início outros ciclos de investigação.

Quanto à distribuição dos proferimentos de interpretação com função explicativa, pode-se observar que o maior percentual foi obtido nas sessões de devolução. Esse resultado se justifica pela possibilidade de tais proferimentos terem sido planejados antecipadamente pela terapeuta, a partir das orientações recebidas da sua supervisora. Entretanto, pôde-se observar que interpretações explicativas também ocorreram em sessões de intervenção num percentual semelhante ao encontrado nas sessões de devolução, sugerindo que, em vários momentos do processo terapêutico, a terapeuta interpretou no intuito de fornecer explicações à cliente sobre as suas dificuldades e seus fatores determinantes. Este resultado indica ainda que o comportamento interpretativo da terapeuta-estagiária ficou sob controle de outras variáveis além das orientações fornecidas pela supervisora no que diz respeito às fases da terapia.

A análise qualitativa dos proferimentos interpretativos revelou a ocorrência de interpretações analítico-comportamentais e interpretações não analítico-comportamentais. Este resultado está de acordo com as idéias

de Smedslund (1972) que aponta a influência do referencial teórico-conceitual do psicólogo sobre sua atuação profissional. Pode-se ainda ressaltar que, ao emitir interpretações analítico-comportamentais, a terapeuta agrupa respostas em categorias funcionais baseadas nas similaridades percebidas em relações controladoras. Este resultado ratifica os resultados do estudo de Bennett (1987) que encontrou interpretações analítico-comportamentais no repertório verbal interpretativo de psicólogos comportamentais.

Os resultados obtidos neste estudo ainda demonstraram o uso de expressões indicativas de uma postura de humildade mantida pela terapeuta, ressaltando o caráter hipotético de suas interpretações e a possibilidade de autocorreção das mesmas, o que está em consonância com as idéias de Kohlenberg e Tsai (1991/2001).

Pôde-se observar que o comportamento interpretativo da terapeuta foi controlado pelas pistas, pelo contexto relacionado ao seu conhecimento, julgamento e experiência e pelas conclusões hipotéticas que ela formulou. Então, esse comportamento parece ter ficado sob controle antecedente de estímulos discriminativos simples, condicionais ou contextuais, tendo sido selecionado por variáveis do ambiente (comportamento da cliente e conhecimento de sua história de vida) e da história da terapeuta enquanto falante (conhecimento teórico, experiência de vida etc.). Este resultado está de acordo com os dados empíricos dos estudos de Oliveira (2001) e com as idéias de Guilhardi (1997) sobre as variáveis que controlam o comportamento do terapeuta.

Pôde-se observar que a terapeuta, ao proferir interpretações, parece ter se comportado discriminativamente diante das pistas, tendo emitido, ainda em um nível encoberto, outras respostas relacionadas ao repertório de analisar dados. Tal análise se baseou no referencial teórico e na experiência da terapeuta e pareceu implicar em respostas de discriminar, avaliar e tirar uma conclusão, a qual parece ter colocado sob controle de estímulos o seu comportamento subsequente de profe-

rir uma interpretação. Este resultado está em consonância com as colocações de Amorim (2001) ao considerar que o comportamento de tirar uma conclusão inclui a emissão de respostas precorrentes, as quais constroem estímulos discriminativos que alteram a efetividade discriminativa de outros eventos ambientais presentes.

A composição do comportamento interpretativo discutido acima sugere que tal comportamento envolve sistemas distintos de respostas da terapeuta, sendo que um sistema inclui o outro e ambos, por sua vez, funcionam como operantes. Assim, pode-se concluir que a interpretação constitui uma classe de comportamento operante de ordem superior (Catania, 1998/1999), pois depende de outro(s) comportamento(s).

O caráter exploratório do presente es-

tudo no que se refere à análise do comportamento verbal interpretativo no contexto clínico, bem como a abrangência restrita da amostra utilizada sinaliza a necessidade de se adotar uma atitude de cautela com respeito à discussão dos seus resultados. Portanto, as considerações acima não pretendem ser conclusivas em relação à performance interpretativa de terapeutas comportamentais em situação clínica, mas sugestiva de algumas relações que poderão ser melhor avaliadas em estudos posteriores. Acredita-se ainda que os resultados deste estudo possam ser úteis para o planejamento do treinamento de terapeutas comportamentais, incluindo procedimentos específicos que promovam a construção e/ou o fortalecimento do seu repertório interpretativo.

Referências Bibliográficas

- Amorim, C. (2001). Quem é o sr. Mortimer? Uma análise do comportamento de tirar conclusões de Sherlock Holmes e Watson. In H. J. Guilhardi, M. B. Madi, P. P. Queiroz & M. C. Scoz (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: expondo a variabilidade*, 7, 398-412. Santo André: ESETec.
- Baptistussi, M. C. (2001). Bases teóricas para o bom atendimento em clínica comportamental. In R. C. Wielenska (Org.), *Sobre comportamento e cognição: questionando e ampliando a teoria e as intervenções clínicas em outros contextos*, 6, 150-156. Santo André: ESETec.
- Bennett, M. L. (1987). Radical behaviorism analysis of interpretive verbal behavior in applied settings. Doctoral Dissertation, Graduate Psychology Program, University of Nevada. Reno.
- Catania, A. C. (1999). Comportamento verbal: a função da linguagem. Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição (D. de Souza, Trad.), 251-270. Porto Alegre: Artes Médicas. (Publicado originalmente em 1998)
- Day, W. F. (1975). *Contemporary behaviorism and the concept of intention*. Trabalho apresentado no Nebraska Symposium on Motivation. (Lincoln, Nebraska, EUA).
- Day, W. F. (1976). *The concept of reinforcement-history and explanation in behaviorism*. Trabalho apresentado na Reunião Anual da American Psychological Association. (Washington, D.C., EUA).
- Delitti, M. (1997). Análise funcional: o comportamento do cliente como foco da análise funcional. In M. Delitti (Org.), *Sobre comportamento e cognição: a prática da análise do comportamento e da terapia cognitivo-comportamental*, 2, 37-44. São Paulo: ARBytes.
- Donahoe, J. W. & Palmer, D. C. (1994). *Learning and complex behavior*. Needham Heights, MA: Allyn and Bacon.
- Ferster, C. B. (1979). A laboratory model of Psychotherapy: The boundary between clinical practice and experimental psychology. In P. Sjöden, S. Bates & W. Dockens, III (Eds.), *Trends in*

- Behavior Therapy*, 23-38. London: Academic Press.
- Goldiamond, I. & Dyrud, J. (1968). Some applications and implications of Behavioral Analysis for Psychotherapy. *Research in Psychotherapy*, 3, 54-89.
- Guilhardi, H. J. (1997). Com que contingências o terapeuta trabalha em sua atuação clínica. In R. A. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição: aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitivista*, 1, 32-337. São Paulo: ARBytes.
- Guilhardi, H. J. & Queiroz, P. P. (1997). A análise funcional no contexto terapêutico: o comportamento do terapeuta como foco da análise. In M. Delitti (Org.), *Sobre comportamento e cognição: a prática da análise do comportamento e da terapia cognitivo-comportamental*, 45-97. São Paulo: ARBytes.
- Kerbaux, R. (1999). Pesquisa em terapia comportamental: problemas e soluções. In R. Kerbaux & R. Wielenska (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Psicologia comportamental e cognitiva: da reflexão teórica à diversidade da aplicação*, 61-68. Santo André, ARBytes.
- Kohleberg, R. & Tsai, M. (2001). *FAP: Psicoterapia Analítica Funcional*. Santo André: ESEtec. (Trabalho original publicado em 1991)
- Margotto, A. (1998). *Identificando mudanças na interação verbal em situação clínica*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Martins, P. (1999). *Atuação de terapeutas estagiários com relação a falas sobre eventos privados em sessões de Terapia Comportamental*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal do Pará. Belém-PA.
- McCorkle, M. E. (1978). *A radical behaviorism study of "women's experience of conflict"*. Tese de Doutorado não-publicada, University of Nevada. Reno.
- Oliveira, W. (2001). Terapia por Contingências: o terapeuta como comunidade verbal anti-internalista. In H. J. Guilhardi, M. B. Madi, P. P. Queiroz & M. C. Scoz (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: expondo a variabilidade*, 7, 297-312. Santo André: ESEtec.
- Queiroz, P. P. & Guilhardi, H. J. (2001). Identificação e análise de contingências geradoras de ansiedade: caso clínico. In H. J. Guilhardi, M. B. Madi, P.P. Queiroz M. C. Scoz (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: expondo a variabilidade*, 7, 257-268. Santo André: ESEtec.
- Skinner, B. F. (1959). The operational analysis of psychological terms. In *Cumulative Record*. New York: Appleton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1945).
- Skinner, B. F. (1982). *Sobre o behaviorismo* (M. P. Villalobos, Trad.). São Paulo: Cultrix. (Trabalho original publicado em 1974).
- Skinner, B. F. (1985). *Ciência e comportamento humano* (J. C. Todorov & R. Azzi, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1953).
- Skinner, B. F. (1991). *Questões recentes na análise comportamental* (A. L. Neri, Trad.). Campinas: Papirus.
- Smedslund, J. (1972) *Becoming a psychologist*. Oslo: Scandinavian University Books.
- Spooner, D. C. (1982). *A functional analysis of "identifications of stimulus_control"*. Dissertação de Mestrado não-publicada, University of Nevada. Reno.

Recebido em: 08/11/2007

Primeira decisão editorial em: 28/11/2007

Versão final em: 03/05/2008

Aceito para publicação em: 26/03/2008